



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Caderno de Encargos

“Aquisição de Serviços de Manutenção Completa aos Elevadores dos edifícios da responsabilidade do município”

Artigo 1º

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de um Ajuste Direto, que tem por objeto principal a **“Aquisição de serviços de manutenção completa aos elevadores dos edifícios da responsabilidade do município”**.

Artigo 2º

Preço da prestação de serviços

1. O adjudicatário é obrigado a prestar o serviço que lhe for encomendado ao preço adjudicado, tendo em conta os valores unitários da proposta;
2. Os preços apresentados são válidos para o período do contrato;
3. Não haverá revisão do preço contratual;
4. O valor base para efeitos de concurso é de **27.300,00€ (vinte sete mil e trezentos euros)**

Artigo 3º

Âmbito do contrato

Os serviços de manutenção e assistência técnica serão assegurados por pessoal próprio, técnicos especializados em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente: Regulamento de Segurança de Ascensores Elétricos (EN81-1), Regulamento de Segurança de Ascensores Hidráulicos (EN81-2), Norma Portuguesa 2060 (Dimensões para instalação de ascensores de classe I, II e III), Decreto-Lei nº 295/98, de 22 de Setembro (Diretiva Ascensores), Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto (Acessibilidades) e Decreto-Lei nº 320/2002 de 28 de Dezembro.



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

(Estatuto de Empresas de Manutenção de Ascensores)

Artigo 4º

Contrato

O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos e respetivos anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

Artigo 5º

Execução Contratual

O contrato referente a **"Aquisição de serviços de manutenção completa aos elevadores dos edifícios da responsabilidade do município"** entrará em vigor no dia da assinatura do mesmo e será válido para um período de 3 anos (36 meses).

Artigo 6º

Obrigações do Prestador de Serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Obrigação da prestação de serviços de **"Aquisição de serviços de manutenção completa aos elevadores dos edifícios da responsabilidade do município"** nos elevadores instalados no edifício da DOMUS MUNICIPALIS (Câmara Municipal), Casa da Cultura, Loja Interativa/Museu Fernão de Magalhães, Centro Escolar de Ponte da Barca, Centro Escolar de Crasto, Centro Escolar de Entre Ambos os Rios, Parque de Estacionamento da Praça da Galiza e numa Homelift instalada na



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Biblioteca Municipal de Ponte da Barca.

Artigo 7º

Conformidade da prestação de Serviços

1. O prestador de serviços, obriga-se a prestar ao contraente público o serviço previsto no contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos neste caderno de encargos;
2. A prestação de serviços "Aquisição de serviços de manutenção completa aos elevadores dos edifícios da responsabilidade do município" objeto do contrato, deve ser efetuada em perfeitas condições;
3. O prestador é responsável perante a Câmara Municipal por qualquer dano ou discrepância na prestação objeto do contrato que existam no momento em que forem efetuados.

Artigo 8º

Prestação objeto do contrato

1. A prestação objeto do contrato deve ser efetuada na área do concelho de Ponte da Barca no prazo de 72 (setenta e duas horas) horas após a receção da Requisição Externa ao prestador emitida pela Secção de Aprovisionamento.
2. Com a prestação objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor.

Artigo 9º

Receção da Prestação de Serviços

A prestação de serviços deve ser acompanhada de guia de remessa ou fatura com a indicação bem visível do número de pedido (Requisição Externa ao Prestador);



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

As prestações rejeitadas são considerados para todos os efeitos, como não efetuadas.

Estas rejeições serão notificadas ao adjudicatário sendo a prestação efetuada por conta e risco do mesmo.

Artigo 10º

Sigilo

1. O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Artigo 11º

Obrigações do Contraente Público

Pela prestação de serviços da **"manutenção completa aos elevadores dos edifícios da responsabilidade do município"**, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor

Artigo 12º

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela Câmara Municipal das respetivas faturas, correspondentes a cada um dos serviços parcelares, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

2. Para os efeitos do número anterior, considera-se a obrigação vencida com a assinatura da guia de remessa ou da fatura do serviço objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os necessários esclarecimentos ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 13º

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir do prestador o pagamento de uma pena pecuniária, a afixar em função da gravidade do montante do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Nos 15 (quinze) dias além do prazo fixado no n.º 1 do artigo 8º a penalidade será de 10% do valor da prestação em causa;
 - b) Após 15 (quinze) dias além do prazo fixado no n.º 1 do artigo 8º, o respetivo contrato será rescindido com as consequências previstas no n.º 3 do artigo 15º.
2. O valor da pena pecuniária a aplicar é creditada a favor da Câmara Municipal de Ponte da Barca ou deduzida ao preço a pagar pela prestação de serviços.

Artigo 14º

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, incêndios, greves, tremores de terra, inundações, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada imediatamente à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Artigo 15º

Resolução por Parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma, grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso superior a quinze dias na entrega dos bens objeto do contrato ou declaração escrita do prestador de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal.
3. A falta de cumprimento, pelo adjudicatário, das condições de adjudicação implicará a rescisão do respetivo contrato, sem direito a qualquer indemnização.

Artigo 16º

Resolução por Parte do Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais 180 dias.
 - b) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou, em alternativa, por arbitragem nos termos do Artigo 15º
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Ponte da Barca, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Contratos Públicos.

Artigo 17º

Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e Fiscal de Braga com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 18º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra.

Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Artigo 19º

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante, à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

Artigo 20º

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 21º

Legislação Aplicável

Em tudo o não especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplicara-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e a legislação subsidiária .

Ponte da Barca, 06 de novembro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal



(António Vassalo Abreu)



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Serviços constantes do contrato de manutenção	
Edifícios	Contrato de manutenção
a) DOMUS MUNICIPALIS b) Casa da Cultura c) Biblioteca Municipal d) Museu Fernão Magalhães e) Centro Escolar de Ponte da Barca f) Centro Escolar de Crasto g) Centro Escolar de Entre Ambos os Rios h) Parque de Estacionamento da Praça da Galiza	<p>Anualmente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Proceder a uma limpeza da casa das máquinas;- Verificação, limpeza e lubrificação do travão;- Limpeza das guias da caixa do elevador; <p>Semestralmente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Verificação dos cabos de suspensão, limitador de velocidade e correntes de compensação;- Verificação do pára-quedas <p>Trimestralmente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Verificação do estado dos gornes da roda;- Limpeza e verificação dos componentes;- Limpeza, afinação e lubrificação;- Limpeza geral do poço;- Verificação e controlo do funcionamento da porta da cabina <p>Mensalmente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Verificação de redutor / motor / travão;- Verificação nível de óleo e atestar;- Verificação ferodos de travão;- Observação de ruídos anormais e vibrações;- Verificação, afinação das electro válvulas;- Verificação do nível de óleo;- Verificação da estanquicidade dos redutores;- Verificação e ensaio das proteções ao motor;- Verificação da pressão de máxima e mínima;- Verificação da válvula de queda (pára-quedas);- Verificação da estanquicidade dos pistões;- Limpeza e verificação do estado dos componentes;- Verificação de alinhamento e acopolamentos;- Verificação e lubrificação das rodas desvio;- Ensaio e verificação dos dispositivos de segurança;- Verificação da operacionalidade dos encravamentos das portas;- Verificação, limpeza e afinação das portas,- Verificação da instalação elétrica, fins de curso, botoneiras;- Verificação dos comandos da cabina;- Verificação do sistema de alarme e seguranças;- Verificação dos comandos de bombeiros, intercomunicadores <p>a) Proceder à análise das condições de funcionamento, inspeção, limpeza</p>



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

	<p>e lubrificação dos órgãos mecânicos de acordo com o plano de manutenção;</p> <p>b) Fornecer os produtos de lubrificação e de limpeza, excluindo o óleo do redutor e das centrais hidráulicas;</p> <p>c) Reparar as avarias a pedido do proprietário ou do seu representante, durante os dias e horas normais de trabalho da empresa, em caso de paragem ou funcionamento anormal das instalações;</p> <p>d) O tempo de resposta a qualquer pedido de intervenção por avaria do equipamento não pode ser superior a vinte e quatro horas;</p> <p>e) Limpeza anual do poço, da caixa, da cobertura da cabina, da casa das máquinas e dos locais das rodas do desvio;</p> <p>f) Inspeção semestral dos cabos e verificação semestral do estado de funcionamento dos pára-quedas;</p> <p>g) Disponibilização de um serviço permanente de intervenção rápida para desencarceramento de pessoas, no caso dos ascensores colocados em serviço nos termos do Decreto-Lei nº 295/98, de 22 de Setembro;</p> <p>h) A periodicidade do plano de manutenção deve ser mensal, com a entrega do relatório devido.</p> <p>i) A reparação ou substituição de peças ou componentes deteriorados, em resultado do normal funcionamento da instalação, incluindo, nomeadamente, órgãos da caixa constituídos por cabos de tração, do limitador de velocidade, de compensação e do seletor de pisos e de fim de curso, cabos elétricos flexíveis, rodas de desvio e pára-quedas; órgãos da casa das máquinas constituídos por motor e/ou gerador elétrico, máquina de tração, freio, maxilas de frenagem e os componentes do quadro de manobra cuja tensão nominal tenha uma tolerância inferior a 5%;</p>
--	---

